



**UMA ANÁLISE DO EDITAL DE FOMENTO DAS FEIRAS DE CIÊNCIAS E  
MOSTRAS CIENTÍFICAS**

**ANNOUNCEMENT PROMOTION FOR SCIENCE FAIRS AND SCIENTIFIC  
EXHIBITS**

**Joshua Augusto Alves Gonçalves**

Mestre em Administração Pública

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: [josshua\\_augusto2015@hotmail.com](mailto:josshua_augusto2015@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1023-9416>

**Daniel Arruda Coronel**

Doutor em Economia Aplicada

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: [daniel.coronel@uol.com.br](mailto:daniel.coronel@uol.com.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0264-6502>

**RESUMO:** O objetivo geral deste artigo é apresentar o efeito que os editais de fomento a feiras de ciências e mostras científicas do CNPq gerou. As feiras de ciências são responsáveis por estimular a pesquisa científica na educação básica e levar a ciência para diversas regiões do país. Partindo da análise documental, foi necessária uma investigação no portal do site do CNPq para compreender os dados disponibilizados de forma pública. O estudo aponta para uma dificuldade em apresentar dados corretos e de fácil compreensão para a população. Contudo, já existe preocupação dos órgãos responsáveis para melhoria da divulgação dos dados. Dessa forma não foi possível identificar o impacto que o edital de feiras pode atingir, devido à falta de informação claras, dados completos, padronização e divulgação de informações, o que impossibilitou a realização de uma avaliação de impacto para essa política pública.

**Palavras-chave:** Transparência Pública. Feiras de Ciências. Pesquisa na Educação Básica. Administração Pública.

**ABSTRACT:** This article presented the effect that the CNPq's promotion of science fairs and scientific exhibitions generated. Science fairs are responsible for stimulating scientific research in basic education and bringing science to different regions of the country. Starting from the documentary analysis, an investigation on the CNPq website portal was necessary to understand the data available. The study pointed to a difficulty in presenting correct and easy-to-understand data for the population. However, there is already concern among the responsible bodies to improve data dissemination. Therefore, it was not possible to identify the impact that the science fair announcement could achieve, due to the lack of clear information, complete data, standardization and dissemination of information, which made impossible to carry out an impact assessment for this public policy.

**Keywords:** Public Transparency. Science Fairs. Research in Basic Education. Public administration.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma feira de ciências caracteriza-se na literatura como uma “exposição pública de trabalhos científicos realizados por jovens, na qual estes oferecem explicações, respondem perguntas sobre seus métodos e conclusões” (Unesco, 1985, p. 10). Ainda nessa perspectiva, para Pavão e Lima (2019), a feira de ciências é responsável por estimular, organizar e divulgar a produção científica dentro das escolas, contando com a participação de alunos, familiares, professores e comunidade.

Mancuso e Leite Filho (2006) e Bertoldo e Da Cunha (2016) apontam que o início das feiras de ciências no Brasil ocorreu na década de 1960, patrocinadas pelas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e realizadas pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) em São Paulo. Nessa época, as feiras de ciências foram bem exploradas nas escolas do estado do Rio Grande do Sul e depois levadas a exposições de níveis municipal e estadual.

Nesse mesmo contexto, com o objetivo de incentivar a criação e estruturação das feiras de ciências em diversas regiões brasileiras, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estabeleceram parcerias com entidades educacionais e científicas para a realização de mostras científicas e feiras de ciências. Com isso, em 2010, foi publicado o primeiro edital de chamada regular, com objetivo de “desenvolvimento de políticas públicas capazes de promover uma mudança qualitativa nas estruturas sociais e educacionais do país” (CNPq, 2020b).

Desde o estabelecimento desse marco, as chamadas regulares vêm sendo publicadas, com o objetivo de apoiar diversos eventos dentro do país, proporcionar ampla divulgação científica, incentivar a pesquisa na educação básica e promover a pesquisa regional, já que muitas dessas investigações são direcionadas a problemas do cotidiano, vivenciados na própria comunidade onde o aluno está inserido. Segundo Pavão e Lima (2019), se bem encaminhadas e inseridas no currículo, as feiras de ciências favorecem de forma significativa a intervenção social nas comunidades.

Para Vieira e Karpinski (2019), a construção do conhecimento em diversas áreas no Brasil está integrada às atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária. Assim, esses órgãos são detentores de grandes repasses financeiros destinados a esse fim. Segundo Lima Abdalla e Oliveira (2020), é importante levar em consideração a diversidade dos órgãos públicos que fazem uso desses recursos, como aqueles de educação pública de nível superior, que são estrategicamente importantes para o desenvolvimento da nação em longo prazo e recebem transferências de recursos anuais de bilhões de reais. Esses recursos são aplicados para além das universidades, pois projetos de extensão e pesquisa afetam diretamente a comunidade externa na qual são aplicados. Em grande parte, as feiras de ciências e mostras científicas são organizadas, promovidas e apoiadas por universidades ou institutos de pesquisa. Para isso, recebem recursos financeiros públicos, prestam contas dos valores repassados, e cabe aos órgãos públicos de fomento a avaliação e divulgação dos resultados proporcionados para comunidade e população de forma geral e transparente.

Mais do que prestar contas sobre seus resultados, as feiras e mostras científicas possuem objetivos claros, como de mostrar à comunidade o trabalho de investigação realizado pelos alunos em um determinado período (Rosa, 1995). Nesse sentido, o processo de governança é inserido também para atividades como as feiras de ciências. Conforme o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em 2015, a governança mostrou-se como um mecanismo

capaz de monitorar, dirigir e incentivar as boas práticas de gestão e transparência nas diversas organizações (Teixeira; Gomes, 2019). Possui como eixos centrais a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade socioambiental. Por meio dessas ideais, há uma maior proximidade entre os envolvidos nos processos, pois há uma melhor e mais efetiva transferência de informações, compatibilização de interesses entre os agentes organizacionais, e os seus objetivos são mais bem assegurados. Dentro do processo de governança, segundo Rosa (1995), está a função de avaliação, em que o Estado se preocupa em avaliar o impacto de suas ações, tornando possível aprender com suas intervenções e descobrir meios de aperfeiçoar seu desempenho.

As iniciativas de fomento às feiras de ciências vêm crescendo ao longo do tempo, aumento que se torna perceptível devido à evolução na quantidade de feiras municipais que foram sendo criadas após o lançamento do edital de feiras do CNPq em 2010, além daquelas feiras que passaram a ser referência, como as estaduais e nacionais. O edital de feiras e mostras científicas do CNPq, que iniciou atividades em 2011, já aprovou, até o ano de 2022, cerca de 1.428 propostas, entre feiras municipais, estaduais, nacionais e itinerantes. Nesse sentido, este estudo objetiva analisar o efeito que esse edital gerou. Para isto, foi necessário: 1) analisar se os órgãos de fomento prestam contas à sociedade sobre as ações e os resultados que esses editais geram, e de que forma isto é feito, visto que essas ações recebem recursos financeiros públicos para a sua realização e, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu artigo 48, exige-se a apresentação, inclusive através de meios eletrônicos, dos planos de orçamento e suas execuções, das prestações de contas e de respectivos pareceres; 2) apresentar um panorama geral dessa chamada, visto que esses editais são publicados anualmente desde o ano de 2010.

Essas ações são responsáveis por estimular a pesquisa científica na educação básica e levar a ciência a diversas regiões do país. Como objetivo apresentado em seu lançamento, essas chamadas servem de apoio financeiro a ações que visem à realização de feiras e mostras científicas, “como um instrumento para a melhoria dos ensinamentos fundamental, médio e técnico, bem como de despertar vocações científicas e tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológica” (Brasil, 2010, p. 1).

Conforme o número de feiras se amplia, a quantidade e qualidade de projetos realizados por alunos da educação básica teoricamente também aumentam e melhoram. Esse aumento resulta também em uma ampliação na quantidade de dados e informações e em repasses financeiros e recursos utilizados para a realização desses eventos. Nesse sentido, a governança apresenta-se de grande importância quando falamos de uma política pública como o incentivo a feiras de ciências e mostras científicas. A governança é definida pelo Banco Mundial (BM) como o modo pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais, tendo em vista o desenvolvimento (Teixeira; Gomes, 2019). Dessa forma, a transparência dessas informações para a sociedade de forma clara também é vital para uma boa governança.

Na investigação de Scaglioni *et al.* (2020), em que fazem um mapeamento das publicações sobre feiras de ciências, os autores apontam que essas publicações não refletem as diversas feiras que ocorrem no Brasil todos os anos, mas que houve um aumento durante o período de 2011 a 2019, o que pode ser um indicio da influência dos editais de chamadas anuais do CNPq para o fomento das feiras de ciências.

Em editais de fomento, assim como em todo repasse financeiro feito pelo poder público, deve-se, após sua execução, haver prestação de contas à população, a fim de tornar transparente esse processo; porém, poucos resultados são encontrados de forma pública, o que dificulta até

mesmo a possibilidade de uma avaliação de impacto e de arrecadação de investimento através do setor privado, o que possibilitaria uma ampliação ainda maior dessas ações. Nesse contexto, este estudo busca reunir e organizar as informações referentes aos editais de fomento a feiras de ciências do CNPq.

Os dados obtidos para este estudo podem contribuir para uma maior parceria entre as feiras e empresas privadas, no sentido de investimentos, visto que o recurso repassado através do edital não possui um valor constante, o que gera incerteza todos os anos para os coordenadores dessas feiras, os quais precisam angariar recursos de formas alternativas.

Através deste estudo, também espera-se tornar disponível a análise das informações pelo Poder Executivo, para que este possa repensar o formato de seu edital e até mesmo coordenar investimento específico para a estruturação e divulgação dessas ações, assim como é feito para as olimpíadas. Finalmente, busca-se fortalecer a transparência das informações públicas em torno das feiras diante da sociedade, visto que o edital já está em sua 13ª edição, e um baixo volume de dados é encontrado acerca de seus resultados obtidos até o presente.

Este estudo está constituído de quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico; na seção três, descreve-se e delinea-se os procedimentos metodológicos; na seção seguinte, os dados são discutidos; por fim, apresenta-se as principais conclusões do trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 FEIRAS DE CIÊNCIAS E EDITAIS DE FOMENTO

Segundo Mancuso e Leite Filho (2006, p. 12), o ensino de ciências adentrou no currículo escolar em 1961, com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases, levando à inclusão de disciplinas de iniciação a ciências. Conforme os autores:

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4.024, de 1961, é um outro fator que propiciou o crescimento do ensino de Ciências no País. Ela trouxe algumas alterações substanciais para o currículo de Ciências nas escolas, tais como a inclusão da disciplina Iniciação à Ciência em todo o curso ginasial (segunda fase do ensino fundamental), e o aumento da carga horária de Física, Química e Biologia, no ensino médio.

Todavia, ações voltadas às feiras de ciências iniciaram no Brasil muito antes, sobre influência norte-americana. Em livro publicado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2018, que apresenta os textos escritos pelo pesquisador José Reis<sup>1</sup> e suas reflexões sobre divulgação científica, é retratado que o início das feiras de ciências, como se conhece atualmente, se deu em 1928, nos Estados Unidos, com o Instituto Norte Americano da Cidade de Nova York, com o intuito de estimular e promover a indústria doméstica; na ocasião, foi realizada a primeira feira industrial. Ainda em 1928, esse instituto também patrocinou a primeira feira infantil e juvenil, que foi um sucesso; após isso, o instituto passou a patrocinar anualmente esse evento. Já em 1941, sem conseguir mais promover ações de organização de feiras e clubes de ciências, o instituto transferiu essas atividades para uma entidade sem fins lucrativos chamada Science Service, que possuía sede em Washington, D.C., cujo objetivo era voltado para a divulgação científica (Massarani; Dias, 2018). Conforme Reis (2018, p. 144), o trabalho da Science Service foi de grande importância e bem-sucedido:

---

<sup>1</sup> José Reis se tornou um ícone da divulgação científica no Brasil. Expressão disto é o fato de que o prêmio nacional dedicado ao setor, criado pelo CNPq, em 1978, recebe seu nome (Massarani, 2018, p. 9).



Foi o Science Service que, amparado pela Westinghouse, representada por G. Edward Pendray, organizou o primeiro concurso do tipo ‘Cientistas de Amanhã’, vasto esforço de busca de talentos em todo o território norte-americano. O trabalho do Science Service foi bem entendido, e muitas firmas além da Westinghouse, assim como numerosas sociedades oficiais e particulares, têm contribuído com prêmios e estímulos vários para a grande obra de descoberta de valores científicos e seu adequado aproveitamento.

Já no Brasil, segundo Mancuso (1993), não existia uma ideia concreta sobre ciências antes da década de 1960, a não ser pelos vários pesquisadores estrangeiros que chegavam para coletar exemplares da fauna, flora e solo, fazendo anotações para que, ao retornarem aos seus países de origem, pudessem fazer suas devidas publicações. Foi apenas na década de 1960 que o pensamento científico começou a ser inserido efetivamente no país. Silva (2018) relata que, nessa década, grande parte dos cursos de formação de professores, como incremento no currículo, obteve estratégias relacionadas à aplicação de projetos que utilizassem o método científico experimental. Conforme exposto pelo autor, “ocorreu no Brasil a introdução de preocupações no campo do ensino voltadas para práticas científicas e na valorização por parte do aluno quanto aos pensamentos e métodos da ciência” (Silva, 2018, p. 15).

Nesse período, também se tem registro das primeiras feiras científicas investigativas no país, introduzidas em São Paulo pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) com apoio da Unesco (Mancuso, 1993). Estes foram os primeiros movimentos para a realização de atividades escolares fora da sala de aula. Conforme relata Leite Filho (2003), a iniciação das feiras de ciências foi devido à intensa atuação do IBECC, depois da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (FUNBEC), e a partir da constituição dos centros de ciências, por volta de 1963.

Após seus primeiros passos, o movimento das feiras de ciências começou a se expandir para outros estados, tendo no Rio Grande do Sul seu principal destaque, a partir do Centro de Ciências do Rio Grande do Sul (CECIRS), o qual organizou eventos escolares e regionais por todo o estado. Em 1973, o CECIRS conseguiu reunir os melhores trabalhos do estado em um evento único, sob o nome de Feira Estadual de Ciências do Rio Grande do Sul (FECIRS), marco que lançou a primeira feira estadual. Realizada na cidade de Caxias do Sul, interligou as várias feiras escolares e regionais e obteve grande repercussão no estado (Mancuso, 1993). Surge, a partir da CECIRS, uma das primeiras definições nacionais para feiras de ciências, conforme relatado pela Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (2021, p. 5, *apud* CECIRS, 1970, p. 2):

Em 1970, em uma de suas primeiras definições em âmbito nacional, uma publicação do Centro de Ciências do Rio Grande do Sul (CECIRS) definiu a feira de ciências como ‘uma atividade cultural realizada por estudantes, no sentido de proporcionar, por meio de demonstrações por eles planejadas e executadas, uma amostra do seu trabalho, do seu conhecimento e das realizações humanas no campo técnico-científico’.

Outra definição relevante que se destaca neste projeto é a de Reis (2018, p. 134), o qual chama a atenção para o despertar científico nos estudantes da época, pensando nas feiras como uma forma de melhorar e promover o ensino de ciências, a partir do potencial brasileiro, para pensar no futuro:

O propósito das feiras e dos clubes de ciência é melhorar as condições do ensino em geral e despertar entusiasmo pelo estudo das ciências. Não apenas pelo número como



também pelos testemunhos de inteligência criadora, o movimento prova que o potencial humano brasileiro é de primeira ordem, mas, a exemplo das árvores que não frutificam em terreno sáfaro, assim os moços nada poderão dar de futuro se nada receberem no presente. Se nos fora possível estender esse patriótico movimento aos demais estados, certos estamos de que os moços de hoje nos assegurarão um melhor Brasil de amanhã.

Essas primeiras definições já demonstravam as feiras como um caminho interessante para o estímulo do conhecimento científico, mostrando que, desde o começo, existia uma preocupação com o ensino fora da sala de aula, a partir da mostra do conhecimento do aluno. É nesse sentido que programas para o incentivo a feiras de ciências foram sendo inseridos no contexto de popularização da ciência no país.

Outra definição é a de Pavão e Lima (2019), que afirmam que a feira de ciência é um espaço de divulgação científica e evento marcante na vida dos estudantes. Mais recentemente, a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (FEBRACE), em seu manual para a organização das feiras de ciências, fez uma definição mais detalhada sobre o tema, levando em consideração o caminhar do movimento durante o passar dos anos, de forma a explicitar o que acontece em uma feira.

Uma feira de ciências e engenharia é uma mostra ou exposição que reúne diversos trabalhos e projetos das áreas das ciências e da engenharia que tenham sido elaborados por estudantes da educação básica, com a ajuda de um professor orientador, usando como base os métodos da pesquisa científica e de engenharia voltados à investigação de problemas e à busca e documentação de conhecimento e soluções (FEBRACE, 2021, p. 5).

A primeira feira nacional registrada, que aconteceu em 1969, no Pavilhão de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, nomeada de I FENACI, contou com a participação de 1633 trabalhos de vários estados brasileiros, tendo como patrocínio principal o Ministério da Educação e Cultura (Pereira, 2021). O movimento de feiras nos anos seguintes continuou a acontecer, mas com uma proporção muito baixa. Foi somente a partir de 2002, com a criação da FEBRACE, promovida pela Universidade de São Paulo (USP), que o movimento começou a ter força, chegando a contar com a participação de 123 feiras afiliadas a diversos lugares do Brasil (FEBRACE, 2021).

Para incentivar a ciência, a UNESCO publicou um documento, em 2003, com estratégias sobre a ciência para o novo século, denominado de *A ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação*. Dentre as estratégias apontadas, constava a necessidade de políticas públicas para a popularização da ciência e tecnologia (Pinheiro; Silva, 2020). Além da necessidade da valorização e compreensão do público quanto à ciência, no documento é apontado que:

O Estado deve estimular as atividades sistemáticas direta e especificamente relacionadas com o desenvolvimento científico-tecnológico, visando à produção, à divulgação e à aplicação do conhecimento de ciência e tecnologia (Unesco, 2003, p. 18).

O CNPq, após a 3ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, em 2006, posicionou a popularização e ensino de ciências como um dos eixos prioritários orientadores da política nacional. Segundo o órgão:



Contribuir para o desenvolvimento social do país, promovendo a popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e colaborando para a melhoria da educação científico-tecnológica e de inovação, por meio de: apoio a programas, projetos e eventos de divulgação científico-tecnológica e de inovação; realização anual da Semana Nacional de C&T, com ampliação do número de cidades abrangidas; estabelecimento de cooperação internacional para a realização de eventos de educação e divulgação científico-tecnológica e de inovação; criação e desenvolvimento de centros e museus de ciência; desenvolvimento de programas de educação científico-tecnológica e de inovação, em colaboração com o MEC, como olimpíadas de matemática e de ciências, feiras de ciências; produção de material didático inovador e de conteúdos digitais na internet para apoio a professores e estudantes e para divulgação científico-tecnológica e de inovação mais ampla (CNPq, 2013a).

Em 2010, em uma parceria realizada entre os ministérios de Ciências e Tecnologias (MCT) e Educação (MEC), por intermédio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Secretaria de Educação Básica (SEB) e do CNPq, publicou-se o primeiro edital para apoiar feiras científicas de abrangência nacional, estadual, distrital e municipal (Edital MCT/CNPq/MEC/SEB/CAPES n. 51/2010 – BRASIL, 2010) (FEBRACE, 2021). O valor global disponibilizado para esse edital foi de dez milhões e duzentos mil reais, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Editais de fomento, segundo Santos (2019), podem ser compreendidos como ferramentas utilizadas pelo governo, com o objetivo de viabilizar e operacionalizar políticas públicas, podendo ser do tipo cultural, industrial ou educacional. De acordo com Lynn (1980), editais de fomento são o conjunto de ações do governo que vai produzir ações específicas. Nesse sentido, esses editais podem ser vistos como instrumentos que possibilitam o desenvolvimento de setores específicos, os quais o governo utiliza de forma estratégica para o desenvolvimento econômico do país (Santos, 2019).

Os editais de fomento também possibilitam que pesquisadores coloquem em prática a teoria, sendo possível converter seus achados em produção acadêmica, quando registrada e publicada em livro, artigo ou na criação de novos produtos e serviços; dessa forma, essas ações retornam para a sociedade sob a forma de inovação (Gasparino, 2017).

No estudo de Dos Santos (2012, p. 157), também é possível compreender a relevância de editais de fomento para a realização de feiras, exemplificando-a na 1ª Mostra de Ciência e Tecnologia de Ituiutaba:

Verificou-se junto aos gestores de educação da cidade, que eventos desta natureza, envolvendo toda a cidade, eram realizados com relativa frequência, mas que esta prática fora abandonada. O evento evidenciado faz parte de um esforço do poder público federal (CNPq, CAPES, MEC, MCTI, SEB) em promover o desenvolvimento científico e tecnológico no País, agindo na formação básica dos estudantes, e neste caso reativando a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas.

Ainda de acordo com o autor, se bem encaminhadas e inseridas no currículo, as feiras de ciências favorecem, de forma intensa, a intervenção social das comunidades (Pavão; Lima, 2019). Realizar essas feiras no espaço escolar estimula o desenvolvimento da cultura científica, ao mesmo tempo em que desenvolve novas competências no estudante da educação básica, na medida em que este realiza seu projeto de pesquisa científica.

## 2.2 GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A governança se inicia quando os donos começam a gerir suas propriedades, bens e seus investimentos a distância, passando então para terceiros o poder e responsabilidade de administrar esse capital, criando, assim, a relação de principal (proprietário) e agentes (terceiros) (Teixeira; Gomes, 2019). Gonçalves (2005) aponta como uma das definições de governança a forma pela qual o governo exerce poder na administração dos recursos sociais e econômicos, visando ao desenvolvimento de um país.

Segundo Teixeira e Gomes (2019), nas organizações públicas, a governança objetiva otimizar os resultados de suas ações e princípios realizados pelos seus *stakeholders*, gestores e proprietários; nesses casos, essa relação se dá entre cidadãos (principal) e os gestores públicos (agentes). Para Tavares e Romão (2021) a governança pública remete ao desafio de construir um entendimento e promoção das relações institucionais, a cooperação e interação entre o governo e a sociedade civil. Nesse sentido, é importante não somente os governos continuarem provendo bens e serviços públicos, mas também alcançando resultados e eficiência (Teixeira; Gomes, 2019).

Dessa forma, a construção de uma democracia participativa requer a participação engajada dos cidadãos no processo de governança pública, possibilitando assim atingir seus objetivos de forma eficiente e eficaz, como almejado pela coletividade (Tavares; Romão, 2021). Bliacheriene, Ribeiro e Funari (2013, p. 5) também argumentam que “a democracia participativa, eficaz e transparente pressupõe a atuação do cidadão em todo o processo de escolhas, execução e controle das políticas públicas”. Logo, é de comum acordo na literatura a importância da sociedade na participação e controle das políticas públicas, bem como na transparência dessas ações de forma clara e acessível para qualquer indivíduo.

A transparência das informações é uma tarefa importante para a construção de um governo responsivo, e essas informações sobre o que deve ser aberto têm se transformado, no Brasil, cada vez mais em normas legais. Gomes, Amorim e Almada (2018, p. 10) destacam três desses movimentos importantes legislados:

O primeiro é relacionado à contabilidade pública e corresponde ao que podemos chamar de ‘transparência fiscal’. Refere-se às informações relativas às receitas (arrecadação) e às despesas (gastos) do governo, por determinação da Lei Complementar (LC) n. 101/2000, que estabelece que a União, os Estados e os Municípios são obrigados a dar ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a seus planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, a suas prestações de contas e ao respectivo parecer prévio e, por fim, ao relatório resumido da execução orçamentária e do relatório de gestão fiscal. A Lei impõe às administrações públicas a obrigação de apresentar a origem dos fundos e a sua destinação no contexto da ação pública, por meio de documentos financeiros oficiais das autoridades e de mecanismos de verificação externa de relatórios. O segundo trata da obrigatoriedade de publicar em tempo real (até o primeiro dia útil subsequente à data de registro contábil no sistema de controle) as informações relativas à execução orçamentária e financeira de receitas e despesas em meio digital de acesso público. Estamos falando da LC n. 131/2009, que alterou o artigo 48 da LC 101/2000. O terceiro tem por objeto medidas mais gerais de transparência governamental ou administrativa, e refere-se às informações relativas ao modo de funcionamento do governo e tem seu amparo legal na Lei n. 12.527/2011.

Como apontado pelos autores, o Brasil caminha em direção a uma maior transparência na utilização dos valores financeiros públicos, nas estratégias de aplicação de recursos públicos

– e trata dos agentes públicos responsáveis por estes –, além da forma digital de acesso público, a qual permite a troca de informação entre o governo e o cidadão.

A transparência nas organizações governamentais, segundo Colares, Neves e Cavalcante (2020), deve possibilitar que qualquer cidadão consiga acessar informações em relação aos processos administrativos e operacionais que essas organizações realizam – e a transparência é materializada de fato quando as informações e suas justificativas são disponibilizadas (Raupp; De Pinho, 2020). A publicação das informações pode ser vista “como forma de garantir que o poder político no Estado não seja desviado para beneficiar os agentes públicos em prejuízo do interesse geral” (Gomes, Amorim, Almada 2018).

Conforme o Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, em seu capítulo 3, a transparência ativa é dever dos órgãos e das entidades governamentais, sendo que estes devem promover e divulgar informações de ações por eles produzidas ou custodiadas. No artigo 3 do referido decreto, inciso II, é destacado a importância de informar os resultados, metas e impactos de programas, projetos e ações, bem como os valores repassados (inciso III) e a execução orçamentária e financeira detalhada (inciso IV) (Brasil, 2012).

Em relação à Lei n. 12.527 (Lei de Acesso à Informação), aplicável no âmbito do poder executivo federal, Rodrigues (2013) aponta que universidades públicas têm como função não apenas formar, produzir e disseminar conhecimento, mas também prestar contas à sociedade. Logo, editais de fomento são um instrumento do governo e têm sua função de política pública. Nesse sentido, devem contemplar em seu escopo a função de prestar contas à sociedade de forma transparente e ativa. Inclui-se então, não apenas editais específicos, mas todas as atividades ligadas aos órgãos públicos, visto que estes utilizam recursos públicos de forma direta ou até mesmo indireta.

Gomes, Amorim e Almada (2018, p. 5) argumentam que a transparência vai além do agente que desenvolve as atividades, mas também seus resultados e o entendimento destes:

Dito da maneira mais simples possível, há transparência quando há controle cognitivo externo de um ato, ou do que dele resulta, para além do agente que o praticou. Por controle cognitivo, entende-se uma adequada compreensão de um comportamento ou do seu resultado por meio de volumes apropriados de dados, informações e conhecimento.

Nesse sentido, torna-se evidente que não basta apenas os órgãos públicos realizarem ou desenvolverem atividades com vistas para a sociedade. Essas ações e seus resultados devem também ser compreendidos de forma clara por todos os cidadãos, por meio de dados e informações de fácil acesso. Sua divulgação deve estar acessível a todos os atores sociais, com informações qualitativas e quantitativas, podendo ser utilizada a Internet como meio de acesso (Cruz *et al.*, 2012).

### 3 MÉTODO DE PESQUISA

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo é de abordagem exploratória, uma vez que busca aprofundar ainda mais o tema do objeto de pesquisa “feiras de ciências”, a partir da apresentação de dados qualitativos e quantitativos. Segundo Raupp e Beuren (2006, p. 80), “uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente”.

O trabalho possui características de uma pesquisa descritiva, pois procura descrever os aspectos e comportamentos dos contemplados, participantes dos editais de feiras, através dos registros documentais. Como discutido em Raupp e Beuren (2006) e Andrade (2002), em uma pesquisa descritiva, o pesquisador não interfere nos fatos, mas preocupa-se em observá-los, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, estudando-os de forma a não os manipular. O trabalho foi conduzido através de uma pesquisa documental, na qual se procurou, com base nas informações de resultados disponibilizados no site do CNPq<sup>2</sup>, investigar os proponentes contemplados com os editais de fomento, para assim caracterizar o seu perfil. Nessa etapa, objetiva-se compreender o cenário em que se encontra esse movimento e, em seguida, analisar se os contemplados fazem uso de suas plataformas digitais para a prestação de contas para a sociedade dessas ações. Foucault (2005, p. 95) define a pesquisa documental com uma forma de “organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente e o que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações”.

### 3.2 FONTE DOS DADOS

Os dados referentes aos editais, valores e contemplados com os editais de feiras foram verificados no site oficial do CNPq e solicitados pelo Portal de Transparência da Controladoria-Geral da União<sup>3</sup>. Posteriormente, foi analisado o nível acadêmico desses contemplados, através da plataforma Lattes<sup>4</sup>, para identificar se estes seguiram a carreira científica, passando por mestrado e doutorado. Essas informações foram repassadas para planilha no Microsoft Excel, para que fossem analisados quem são os personagens que participam dessas chamadas.

### 3.3 PERÍODO DO ESTUDO E SISTEMA PARA ANÁLISE DOS DADOS

Para este estudo, foi considerado o período de início do edital de feiras (lançado em 2010, para os eventos a serem realizados em 2011) até o edital de 2022 (para eventos realizados em 2023). O sistema de organização e análise dos dados a ser utilizado foi o Excel e o Power Bi, ambos da Microsoft, uma vez que essas ferramentas possibilitam a criação de *dashboards* interativos que facilitam a visualização simultânea de vários dados, de forma mais clara e objetiva.

O Power BI, segundo a Microsoft (2023), em sua definição, pode ser visto como um conjunto “de serviços de *software*, aplicações e conectores que cooperam de forma integrada para transformar as origens de dados não relacionadas em informações coerentes visualmente envolventes e intuitivas que sustentam o processo de tomada de decisões”. Com a utilização de uma ferramenta de *business intelligence* (BI), o processo de análise de dados se torna mais eficiente, contribuindo para a melhoria de forma geral na performance das organizações (Pinheiro, 2020)

---

<sup>2</sup> Site do CNPq, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/popularizacao-da-ciencia/feiras-e-mostras-de-ciencias>.

<sup>3</sup> Portal de Transparência, disponível no endereço eletrônico: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2fPrincipal.aspx>.

<sup>4</sup> Plataforma Lattes, disponível no endereço eletrônico: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>.

### 3.4 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

A verificação da transparência das informações e busca de informações gerais sobre essa chamada foi feita a partir da investigação documental no *site* oficial do CNPq, sendo esse o órgão responsável pela gestão e divulgação dessa chamada, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Caminhos seguidos para a verificação das informações

Objetivos	Procedimentos	Métodos
Busca no site do CNPq	- Sobre o edital, os contemplados e as feiras;	Pesquisa documental, através de pesquisa direta no site do CNPq
	- Verificar se o órgão apresenta os resultados gerados pelos editais.	
	- Verificar quais informações são disponíveis;	
Panorama Geral do edital	- Apresentar a quantidade de propostas já aprovadas	Pesquisa documental, através de pesquisa direta no site do CNPq e solicitando pelo Portal de Transparência da Controladoria Geral da União
	- Apresentar a quantidade de proposta aprovada por abrangência	
	- Apresentar o valor por órgão financiador aplicado	
	- Apresentar o valores totais do edital e valores por ano	
	- Apresentar valor médio por propostas	
	- Transformar essas informações em dados no Excel;	
	- Criar painéis com os resultados, utilizando o Power BI;	
- Apresentar os resultados.		

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As relações analisadas foram apresentadas em formato de painéis, com gráficos e tabelas para uma melhor visualização das informações.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 FEIRAS BENEFICIADAS COM O EDITAL DE FOMENTO

A publicidade das informações disponibilizadas no site do CNPq, relativa aos contemplados das chamadas, é questão desafiadora, visto que vários obstáculos foram encontrados no processo de tentativa de identificação desses beneficiários, como, por exemplo:

1) A publicação de apenas o nome e instituição dos contemplados, o que dificulta a sua identificação completa;

2) Com base nas informações disponíveis, é possível aferir a participação de 606 proponentes, originários de 317 instituições diferentes. Contudo, essas informações são incompletas, devido à não disponibilização do resultado dos contemplados em 2014;

3) Não é possível identificar o nome da feira ou mostra da qual a proposta vencedora está se referindo;

4) Não é apresentado o valor disponibilizado para cada contemplado e ação;

5) Não é disponibilizado o *link* do *site* da instituição proponente. Ao tentar localizar por busca *on-line*, algumas instituições não foram localizadas ou não foi possível dizer ao certo se aquele *site* pertence mesmo àquela instituição;

6) Para ser uma instituição executora do projeto, segundo o edital do CNPq, é preciso estar cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq. Entre as instituições contempladas, algumas são apresentadas como empresas privadas, e não foram localizadas no Diretório, porém, devido à dificuldade na real identificação, conforme mencionado no item 5, não é possível afirmar sobre essa falha.

Devido aos obstáculos encontrados na identificação ativa dos participantes desses editais, não é possível chegar a analisar como os resultados são divulgados para a sociedade, ou até mesmo se essas ações possuem efeito positivo, conforme seus objetivos. Essa preocupação já é apontada no relatório de gestão do CNPq desde 2012:

No CNPq, apesar da existência de avaliações, não há um sistema que as integre nem existe um sistema de coleta e utilização dos resultados para avaliação do seu potencial incorporação no sistema produtivo, para divulgação na mídia ou para seu aproveitamento. Neste contexto, o CNPq necessita de estudos que reúnam e analisem não só o conjunto de suas ações de apoio à pesquisa e à formação de pessoal em ciência, tecnologia e inovação - em especial quando diante das políticas nacionais de desenvolvimento - como a forma em que elas são operacionalizadas, o envolvimento da comunidade e de parceiros no processo e a veiculação de seus resultados à sociedade (CNPq, 2012, p. 257).

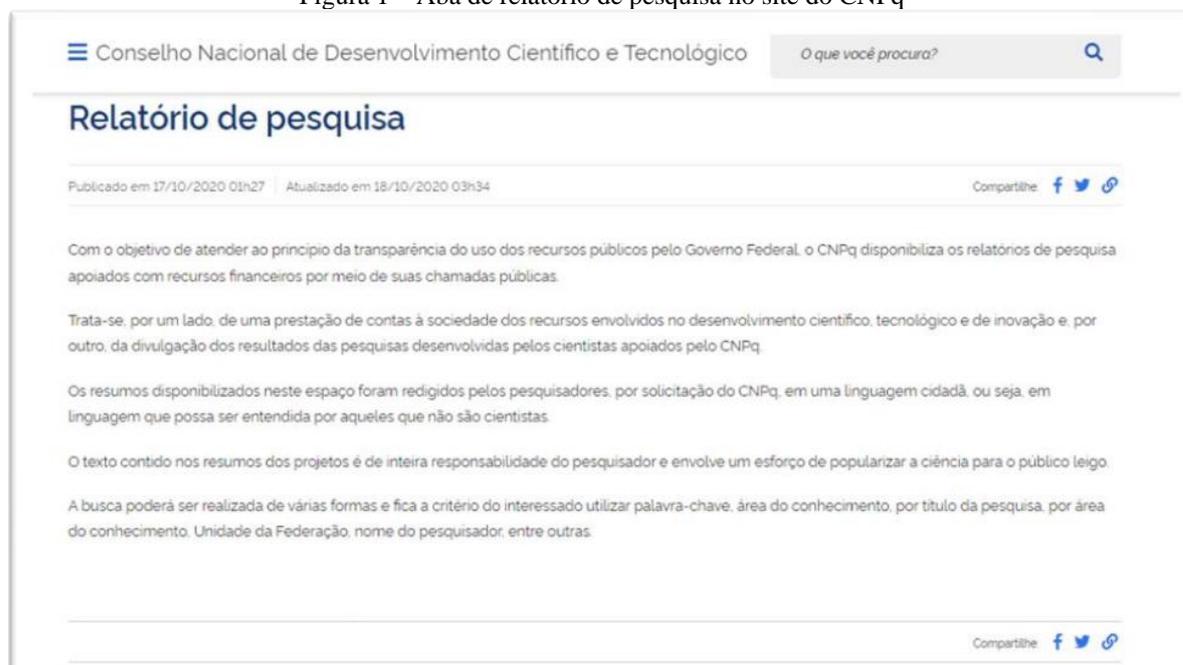
Nesse sentido, apenas partindo das informações sobre os resultados (proponentes e instituições), não é possível investigar mais a fundo os resultados atingidos pelos editais de fomento, o que dificulta uma possível avaliação do real impacto sobre algum edital específico.

#### 4.2 ÓRGÃOS DE FOMENTO E A TRANSPARÊNCIA DESSAS INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

Ao percorrer o site do CNPq para identificar os resultados das ações das feiras de ciências promovidas por editais específicos, não foram encontradas informações sobre a transparência desses resultados. Foram identificados apenas os seguintes dados: i) Possui uma página denominada “Relatório de Pesquisa” (conforme Figura 1), na qual há informações sobre a importância da transparência desses resultados e uma menção de disponibilização dos relatórios referentes à chamada de feiras, porém nenhum relatório está disponível; ii) *Link* da lei de acesso à informação, com acesso à página do Governo Federal; iii) *Link* do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), para solicitação passiva das informações; iv) Aba denominada “Dados Abertos”, que ainda está em fase de construção; e v) Aba referente aos relatórios de gestão e prestação de contas.



Figura 1 – Aba de relatório de pesquisa no site do CNPq



Fonte: *Site* do CNPq (2023).

O relatório de pesquisa constitui uma importante ferramenta de acesso a informações sobre os resultados das chamadas de feiras, porém o documento não possui informações aprofundadas. Em relação à aba Dados Abertos, também presente no site do CNPq, pelo fato de se encontrar em fase de construção (Figura 2), sinaliza a preocupação do órgão em relação à disponibilização dessas informações para o público. Essa abertura dialoga com Mendes da Silva (2018, p. 5), visto que o autor esclarece que é esperado que “a promoção da transparência possa permitir a produção de bem-estar compartilhado entre os participantes da sociedade”, sendo possível o benefício não somente para a sociedade, mas também para o governo.



Figura 2 – Aba do Portal de Dados Abertos no *site* do CNPq



Fonte: *Site* do CNPq (2022).

O *site* disponibiliza informações como prestação de contas e o acesso público aos relatórios de gestão. Segundo o *Manual de Elaboração do Relatório de Gestão* do Instituto Federal do Amapá (IFMA), o conceito de relatório de gestão é:

Documento elaborado pelo gestor com fim de demonstrar, esclarecer e justificar os resultados alcançados frente aos objetivos estabelecidos, informando no mínimo: Os objetivos e as metas definidos para o exercício; Os resultados alcançados ao fim do exercício, demonstrando como a estratégia, a governança e a alocação de recursos contribuíram para o alcance dos resultados; As justificativas para objetivos ou metas não atingidas (Instituto Federal do Amapá, 2019, p. 6).

Diante dessa conceitualização, foram analisadas as informações dentro dos devidos relatórios de gestão disponíveis, referentes aos editais de feiras em todas as edições já realizadas. Nesse esforço, foram encontradas poucas informações, além de incompatibilidades em relação aos dados divulgados no *site* da própria instituição.

Nos relatórios de 2010 e 2011, é exibida uma síntese dos resultados, em que valores globais aprovados divergem dos apresentados nas chamadas (2010: R\$ 8.000.000,00; 2011: R\$ 6.929.551,00) e suas respectivas alocações (Capita/Custeio/Bolsa). O número de projetos aprovados é igual ao apresentado na página das feiras, e as sínteses desses relatórios apresentam informações sobre a região e área do conhecimento dos projetos submetidos, também de forma superficial (CNPq, 2010, 2011).

No Relatório de Gestão de 2012, é apresentada uma síntese dos resultados, demonstrando um valor global aprovado de R\$ 9.171.899,93, com suas devidas alocações (Capital/Custeio/Bolsa), tendo sido aprovados 108 projetos (a página da feira informa que 109 projetos foram aprovados). A síntese do relatório também apresenta informações sobre a região e área do conhecimento dos projetos submetidos, mas sem aprofundamento desses dados (CNPq, 2012).

No Relatório de Gestão 2014, a menção ao edital de feiras está localizada no quadro 13.1.1, constando apenas informações sobre valores financiados já apresentados na chamada e

quantidade de aprovados, mas em quantidade que difere da informada na página das feiras (109 aprovados), tendo sido apresentados 101 projetos aprovados segundo esse relatório (CNPq, 2014).

Nos relatórios de gestão dos editais de 2013 (Chamada n. 46/2013 – MCTI/CNPq/SECIS/MEC/CAPES), 2015 (Chamada MCTI/CNPq/SECIS n. 20/2015 – Feiras de Ciências e Mostras Científicas) e 2016 (Chamada Feiras de Ciências e Mostras Científicas), as informações referentes a esses editais encontram-se apenas em quadros anexados aos relatórios (2013 – Quadro 12.1.1 Chamadas lançadas e julgadas em 2013; 2015 – Quadro 59 – Chamadas 2015; 2016 – Quadro 52 – Chamadas 2016), contendo apenas informações sobre valores financiados já apresentados na chamada e as quantidades aprovadas, igualmente mencionadas na página das feiras (CNPq, 2013b, 2015, 2016).

Em relação à edição de 2017 (Chamada CNPq/CAPES/MEC/MCTIC/SEPED n. 25/2017), há divergência de informações referentes à quantidade de projetos aprovados. Dentro do Relatório de Gestão, é apresentada a seguinte informação: “Foram aprovadas inicialmente 217 propostas, das 290 recomendadas pelo Comitê Julgador. Um total de 367 propostas foi submetido à chamada” (CNPq, 2017, p. 234). Porém, nas informações encontradas no Anexo 1 (Quadro 47 – Chamadas 2017), a quantidade informada de projetos é de 236 submetidos e 107 aprovados (mesma quantidade apresentada na página das feiras).

Já o Relatório de Gestão de 2018 apresenta valores compatíveis com aqueles apresentados na chamada (Chamada CNPq/MEC/MCTIC/SEPED n. 27/2018 – Feiras de Ciências e Mostras Científicas), porém não faz qualquer menção acerca dos resultados atingidos, informando apenas que “A Chamada foi lançada em 2018 e está em andamento” (CNPq, 2018, p. 106). Ainda sobre as chamadas, os resultados também não foram apresentados nos relatórios posteriores (2019/2020).

Em relação à chamada de 2019 (Chamada CNPq/MCTIC n. 11/2019 – Feiras de Ciências e Mostras Científicas), o Relatório de Gestão apresenta informações mais completas do que o publicado para o ano de 2020, mas ainda com informações superficiais quando se trata dos resultados das ações e com informações divergentes em relação à quantidade de projetos (106) e valor global do edital (R\$ 2 milhões). Conforme o Relatório de Gestão 2019:

Após o julgamento, foram aprovadas as 103 mais bem avaliadas, no valor R\$ 3.048.200,00 (três milhões e quarenta e oito mil e duzentos reais), sendo R\$ 2 milhões em custeio, oriundos do MCTIC e R\$ 998.200, 00 em bolsas, com recursos do CNPq (CNPq, 2019, p. 109).

No relatório de gestão de 2020, também há a menção sobre as feiras, A seguir, lê-se um trecho retirado do Relatório de Gestão 2020:

Ressalta-se também a ação de apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas em todo o Brasil, mediante seleção de propostas, via Chamada Pública – em 2020 contemplaram-se mais de 80 projetos, no valor aproximado de R\$ 3 milhões de reais (CNPq, 2020a, p. 8).

Contudo, as informações apresentadas na plataforma (página dos editais das feiras), informam que foi contemplado um total de 88 projetos e, segundo o edital lançado em 2020 (Chamada CNPq/MCTI n. 17/2020 - Feiras de Ciências e Mostras Científicas), o valor global destinado para essa ação foi de R\$ 2 milhões e 750 mil reais; ou seja, informações que divergem das apresentadas no Relatório de Gestão.

De forma geral, os relatórios não apresentam informações completas ou aprofundadas acerca dos resultados obtidos através desses editais, além de frequentemente possuírem informações divergentes ou a falta de um padrão de apresentação dos resultados, o que dificulta a análise das informações. A transparência, quando feita da forma correta, pode ser importante ferramenta de monitoramento da ação do governo, servindo de incentivo para participação da sociedade nas políticas públicas, informações econômicas sobre planejamento, execução de projetos e a participação em propostas e processos (Rodríguez-Navas; Solá; Rius, 2017, p. 822). É válido destacar que a ausência da prestação de tais informações relevantes pode ter como consequência a corrupção no gerenciamento desses recursos (Mendes da Silva, 2018).

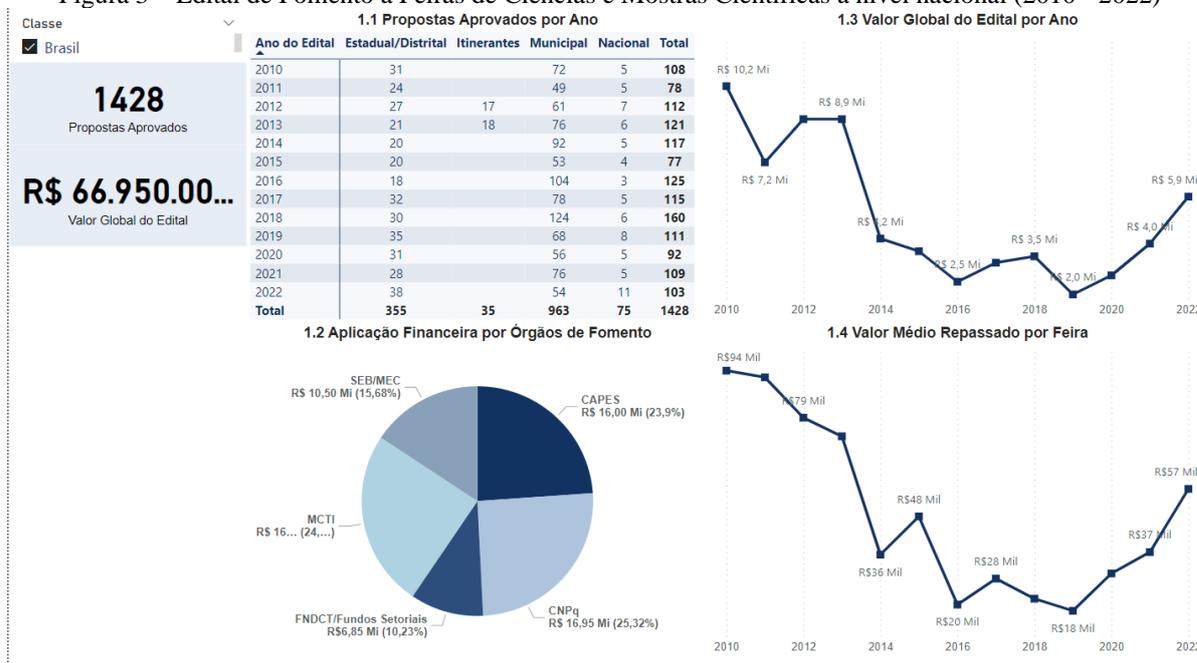
Finalmente, é importante ressaltar, conforme Rodrigues (2013), a necessidade de considerar as dificuldades e os desafios enfrentados pelas instituições públicas no que tange aos procedimentos de transparência, como recursos humanos especializados, infraestrutura e tratamento das informações.

#### 4.3 PANORAMA GERAL DOS EDITAIS DE FOMENTO A FEIRAS DE CIÊNCIAS E MOSTRAS CIENTÍFICAS

Algumas limitações foram encontradas e consideradas para este estudo, no que concerne ao mapeamento dos resultados em relação a essas chamadas. Ao solicitar informações dos contemplados com o edital de feiras pelo Portal “Fala.BR”, foram disponibilizadas as informações solicitadas, porém não de todos os anos (não foram encontrados os dados para 2013 e 2019). Dessa forma, foi necessária a obtenção desses dados através dos editais de resultados publicados no próprio *site* do CNPq. Esses editais apresentam o valor geral para a ação, mas não apresentam o valor disponibilizado individualmente para cada proposta contemplada, o que impossibilita uma análise financeira mais completa e detalhada.

O painel dos dados apresentados a seguir, na Figura 3, trata-se dos projetos que foram aprovados, valores financeiros que o edital de feiras já repassou e a origem de seus financiamentos.

Figura 3 – Edital de Fomento a Feiras de Ciências e Mostras Científicas a nível nacional (2010 - 2022)



Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Desde seu início (2010), o edital já beneficiou cerca de 1.428 propostas, distribuídas em eventos de nível municipal (963), estadual ou distrital (355), nacional (75) e itinerantes (35). Quando se analisa os editais anteriores (Licitação 166, de 2006, e 768, de 2006 – MEC/UNESCO), o número de propostas aprovadas foi de 25 projetos, torna-se claro a preocupação com a divulgação desse tipo de edital e capacidade de articulação das instituições para a participação nessas ações:

Considerando-se o caráter nacional do Edital, o número de projetos apresentados sinaliza a necessidade de uma avaliação crítica quanto à forma de divulgação de programas dessa natureza, bem como da capacitação e articulação regional das diferentes instituições (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Ciência e Tecnologia, Centros e Museus de Ciências, Universidades etc.) interessadas em tais programas (FENACEB, 2006, p 60).

Mesmo com aumento da quantidade de propostas aprovadas, a variação de ano para ano aponta para uma falta de constância desses eventos, ou pelo menos pela sua aprovação. É possível observar que, em relação às propostas de nível estadual ou distrital, a quantidade de propostas aprovadas é bem significativa se comparada à quantidade de unidades federativas que o Brasil possui (27), mas, quando se olha para as propostas de nível municipal (47), o quadro não é altamente positivo, visto que, segundo o IBGE (2022), o Brasil possui cerca de 5.565 municípios.

Em relação aos recursos destes editais, conforme demonstrado na Figura 3, o valor global já reuniu o total de R\$ 66.950.000,00, tendo como maior repasse financeiro o ano de 2010, quando R\$ 10.200.000,00 foram direcionados para 108 propostas aprovadas. Já o menor nível de repasse foi observado no ano de 2019, com R\$ 2.000.000,00, fomentando 111 propostas.

O valor final do repasse para cada edição do edital depende de parcerias estabelecidas entre os órgãos envolvidos, suas disponibilidades orçamentárias e, principalmente, da capacidade política dos interessados. Do valor total já aplicado ao edital, 25,32% são oriundos do CNPq, 24,87% do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), 23,90% da Capes, 15,68% da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), e 10,23% do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), conforme a Figura 3. É pertinente destacar que os repasses financeiros se dividem quase que em igual entre o MEC e o MCTI, mas a gestão, divulgação e acompanhamento recaem exclusivamente sobre o MCTI. Destaca-se que os valores repassados podem ser aplicados em itens de custeio, capital ou bolsas.

Não há uma continuação nos valores repassados, os quais se alteram ao longo dos anos, o que afeta a quantidade de propostas que são aprovadas, podendo afetar diretamente na ponta, ou seja, os projetos que são desenvolvidos para a apresentação nas feiras. Para Dos Santos (2012), o esforço do poder público para promover o desenvolvimento científico e tecnológico através desses eventos, utilizando esse edital específico, pode-se perceber que realmente há um esforço muito grande, percebido nessa alternância de valores.

## 5 CONCLUSÕES

A transparência nas informações públicas, mesmo sendo um assunto considerado relativamente novo no Brasil, deve receber maior atenção, especialmente quando se trata de programas que podem contribuir de forma direta para a formação do capital humano brasileiro. Contudo, o ato de tornar transparentes e públicas as informações mantidas pelos órgãos de fomento – aqui especificamente o CNPq e seus editais e relatórios de feiras de ciências – apresenta-se deficiente, com informações divergentes e incompletas que dificultam a condução de pesquisas e a compreensão desses dados por parte do cidadão comum. Embora o órgão apresente preocupação na melhoria da divulgação de dados abertos para população, torna-se evidente a necessidade de realizar uma revisão geral nas documentações e informes dispostos em seu portal eletrônico, a fim de eliminar a dualidade das informações publicizadas.

Diante disto, esta pesquisa, ao se voltar para compreensão dos efeitos que as feiras de ciências têm sobre a sociedade, observou que a condução de uma investigação diretamente nos *sites* dos órgãos de fomento não é capaz de mensurar tal resultado, dado o déficit de informações completas acerca dos contemplados e das respectivas instituições, o que dificulta a verificação da transparência desses resultados. Isto se aplica para o site do CNPq, que, até o momento, não apresenta essas informações. Na página do órgão, há apenas dados gerais sobre valores globais repassados e a quantidade de propostas aprovadas. Outro problema encontrado é que essas informações contradizem o que está disposto nos relatórios oficiais publicados. Logo, com a ausência dessas informações, não é possível verificar com profundidade a transparência ativa específica desses editais.

Percebe-se a necessidade de um portal específico para a divulgação padronizada dos resultados das feiras de ciências, visto que é uma ação que vem crescendo ao longo dos anos, especialmente após o início dos editais de fomento (2010), e que ainda não possui uma visibilidade concreta. Embora haja a prestação de contas dos valores recebidos pelos proponentes no portal do CNPq, juntamente com os devidos relatórios, essa informação não chega à população geral, dificultando o conhecimento real do efeito das ações de fomento à pesquisa, tornando duvidoso os gastos e processos envolvidos.

Foi observado que o valor global repassado para esse tipo de ação vem diminuindo com o passar do tempo. Uma das justificativas para esse declínio envolve possivelmente a falta de

difusão dos resultados obtidos para a população. Em contrapartida, verifica-se uma tendência de crescimento na quantidade geral de propostas aprovadas, o que indica que mais projetos estão sendo desenvolvidos para esse tipo de ação a cada ano. Outros tipos de editais com repasses financeiros também podem sofrer esses questionamentos, visto que suas informações, quando repassadas, são feitas de forma superficial.

É válido ressaltar que a transparência não serve apenas como controle financeiro, mas também como dado para a tomada de decisão e para a alocação de recursos de forma assertiva. Assim como no exemplo do edital de feiras e mostras, mesmo diante da diminuição do recurso global transferido, o número desses eventos está crescendo. Logo, questiona-se: ao invés da diminuição dos recursos financeiros, se estes tivessem sido aumentados, a quantidade de projetos desenvolvidos na educação básica poderia ter sido ainda maior? Porém, onde devem ser alocados mais recursos financeiros? Para a aprovação de mais propostas? Para as rubricas de custeio e capital? Ou para as bolsas de Iniciação Científica Júnior? Infelizmente, esta pesquisa não é capaz de concluir sobre essas questões, devido à falta de informações e dados disponibilizados de forma transparente e completa.

Como apresentado, não é possível identificar de fato a consequência que o edital de feiras pode ter, devido à falta de informações claras, padronização, divulgação de informações e dados completos –fatores que impossibilitam a realização de uma avaliação de impacto assertiva para essa política pública.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 144 p.

BERTOLDO, R. R.; DA CUNHA, M. B. Feiras de ciências na escola. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 11, n. 1, p. 293-318, 2016.

BLIACHERIENE, A. C.; RIBEIRO, R. J. B.; FUNARI, M. H. Governança pública, eficiência e transparência na administração pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v. 12, n. 133, p. 05, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital n. 51/2010**: Seleção pública de propostas para realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 maio 2012.

CENTRO DE TREINAMENTO PARA PROFESSORES DE CIÊNCIAS DO RIO GRANDE DO SUL (CECIRS). **Boletim**, Porto Alegre, n. 5, p. 1-20, 1970.

COLARES, J. C. de S.; NEVES, H. de C.; CAVALCANTE, M. J. M. Analysis of Public Transparency in Municipal People Management in the State of Rondônia, Brazil. **International Journal of Business Administration**, v. 11, n. 6, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório de Gestão – 2010**. Brasília, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2010**. Brasília, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2012**. Brasília, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). Por que popularizar? 2013a. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/popularizacao-da-ciencia/por-que-popularizar>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2013**. Brasília, 2013b.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2014**. Brasília, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2015**. Brasília, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2016**. Brasília, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2017**. Brasília, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2018**. Brasília, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2019**. Brasília, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Relatório de Gestão – 2020**. Brasília, 2020a.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (CNPq). **Feiras de Ciências e Mostras Científicas**, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/popularizacao-da-ciencia/feiras-e-mostras-de-ciencia> Acesso em 8 dez. 2021.

CRUZ, C. F. *et al.* A. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de administração pública**, v. 1, n. 46, p. 153-176, 2012.

DOS SANTOS, A. B. Feiras de ciência: um incentivo para desenvolvimento da cultura científica. **Ciência em Extensão**, v. 8, n. 2, p. 155-166, 2012.

FEIRA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA (FEBRACE). **Feiras e mostras científicas**: experiências e práticas da feira brasileira de ciências e engenharia. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

FOUCAULT, M. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo da Epistemologia. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 82-118. v. II.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS FEIRAS DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FENACEB). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2006.

GASPARINO, A. M. **Modelo para construção de filtros de editais de fomento à pesquisa elaborado para bibliotecas**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

GOMES, W.; AMORIM, P. K. D. F.; ALMADA, M. P. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **E-Compós**, v. 21, n. 2, 2018.

GONÇALVES, A. O conceito de governança. *In*: ENCONTRO DO CONPEDI, 14., **Anais...** 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 13 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. **Manual de Elaboração do Relatório de Gestão**. Macapá, 2019.

LEITE FILHO, I. **Projeto Circuito Ciência**: orientação para pesquisa e atividades científicas com alunos de escolas de Ensino Fundamental em São Paulo. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LIMA, M. P.; ABDALLA, M. M.; OLIVEIRA, L. G. L. A avaliação da transparência ativa e passiva das universidades públicas federais do Brasil à luz da Lei de Acesso à Informação. **Revista do Serviço Público**, v. 71, p. 232-263, 2020.

LYNN, L. E. **Designing public policy**: A casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, California: Goodyear, 1980.

MANCUSO, R. **A evolução do programa de feiras de ciências do Rio Grande do Sul**: avaliação tradicional X avaliação participativa. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

MANCUSO, R.; LEITE FILHO, I. **Feiras de Ciências no Brasil**: uma trajetória de quatro décadas. Programa Nacional de Apoio às Feiras de Ciências da Educação Básica. Brasília: MEC, 2006.

MASSARANI, L.; DIAS, E. M. S. **José Reis**: reflexões sobre a divulgação científica. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

MENDES DA SILVA, W. Promoção de transparência e impacto da pesquisa em negócios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, p. 639-649, 2018.

MICROSOFT. **Blog do Microsoft Power BI**. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-pt/power-bi/fundamentals/power-bi-overview>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PAVÃO, A. C.; LIMA, M. E. C. Feiras de ciência, a revolução científica na escola. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 15, n. 34, p. 1-11, 2019.

PEREIRA, F. H. D. **A utilização de conceitos de química apresentados nos projetos finalistas da FETECMS como base do aplicativo para inserção de professores na ICJ**. 2021. Dissertação (Mestrado em Química) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

PINHEIRO, C. da S.; SILVA, R. R. M. A popularização da ciência no Brasil: objetivos e concepções nos editais de fomento do CNPq. **Os museus e a educação não formal**: textos e contextos. Uberlândia: Navegando publicações, 2020, p. 93-116.

PINHEIRO, S. A. S. **Potencialidades do Power BI Desktop na análise preditiva**. 2020. Dissertação (Gestão) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2020.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

RAUPP, F. M.; DE PINHO, J. A. G. Precisamos evoluir em transparência? Uma análise dos estados brasileiros na divulgação de informações sobre a Covid 19. **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 39, p. 3725-3739, 2020

REIS, J. Feiras de ciência: uma revolução pedagógica (1965). *In*: MASSARANI, L.; DIAS, E. M. S. (org.). **José Reis**: reflexões sobre a divulgação científica. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018. p. 133-151.

RODRIGUES, G. M. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 2, 2013.

RODRÍGUEZ-NAVAS, P. M.; SOLÀ, N. S.; RIUS, M. C. Metodologías de evaluación de la transparencia: procedimientos y problemas. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 72, p. 818-831, 2017.

ROSA, P. R. da S. Algumas questões relativas a feiras de ciências: para que servem e como devem ser organizadas. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 12, n. 3, p. 223-228, dez. 1995.

SANTOS, W. M. P. **Editais de fomento às startups criativas: uma análise sobre fatores críticos de sucesso para aprovação de projetos**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, Rio de Janeiro, 2019.

SCAGLIONI, C. G. et al. Estudo de teses e dissertações nacionais sobre Feiras de Ciências: mapeamento dos elementos que envolvem uma Feira de Ciências e suas interligações. **Educar Mais**, v. 4, n. 3, p. 738-755, 2020.

SILVA, R. P. **Material de referência para organização, orientação e avaliação de feiras de ciências escolares**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

TAVARES, P. V.; ROMÃO, A. L. Transparência, *accountability* e corrupção: uma percepção qualitativa da governança pública no Brasil e na África do Sul. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 23596-23633, 2021.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **A ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação**: Brasília: UNESCO ABIPIT, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Convênio “Andrés Bello”. *In: Manual para el fomento de las actividades científicas y tecnológicas juveniles*. Bogotá: SECAB; UNESCO, 1985.

VIEIRA, K. R.; KARPINSKI, C. O conceito de memória nos anais do capítulo da International Society for Knowledge Organization ISKO: Brasil sob uma perspectiva epistemológica. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, 2019, v. 12, n. 2, p. 294-309.